

SPOA/SE/MINC

Estudo Técnico Preliminar 50/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01400.022016/2025-90

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços de locação de veículos, de forma continuada, para transporte de pessoal e de autoridades do MinC, com motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva e seguro total (sem franquias), de forma continuada, sob demanda, para atender necessidade de locomoção em viagens de representação e demais deslocamentos de servidores no exercício de suas missões institucionais, comitivas, bem como para atender servidores lotados nos escritórios estaduais de cultura em todas as regiões do país, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência deste processo.

Trata-se de contratação que, nos termos da Lei 14.133/21, art. 47, I, atende ao princípio da padronização, tendo em vista a compatibilidade das especificações técnicas entre os itens dispostos na pretensa contratação.

Quanto ao princípio do parcelamento, nos termos da Lei 14.133/21, art. 47, II, o objeto foi dividido em 5 grupos, no qual cada um possui 5 itens, totalizando 25 itens para a contratação o que busca ampliar a competição e evitar concentração de mercado.

Quanto ao catálogo eletrônico de padronização, para o serviço de transporte eventual não foi localizado no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Trata-se de serviço de atividades complementares e acessórias à missão institucional do MinC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DITRAN	CELIA REGINA LOPO DE ALENCAR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação obedecerão ao disposto no Decreto n.º 9287 de 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, do qual destaca-se:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso de veículos oficiais, próprios ou contratados de prestadores de serviços, pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O caso em análise se enquadra como prestadores de serviços, nos termos do Decreto.

(...) Art. 2º Para fins de utilização, os veículos oficiais da administração pública federal direta, autárquica e fundacional serão classificados nas seguintes categorias:

I - veículos de representação;

II - veículos de serviços comuns;

e III - veículos de serviços especiais.

Os veículos da contratação se enquadram nos incisos I e II acima.

Considerando as demandas atuais do MinC, os veículos a serem disponibilizados deverão estar enquadrados em 6 categorias distintas, conforme segue:

TIPO 1 – Veículo tipo automóvel executivo, cor preta, 04 (quatro) portas, com capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo motorista), potência mínima de 144 CV, motor 1.8 ou superior, ar condicionado, direção hidráulica e sistema de som.

TIPO 2 – Veículo tipo automóvel passeio, 04 portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo motorista), com potência mínima de 88 CV, motor 1.4 ou superior, com ar condicionado, direção hidráulica e sistema de som.

TIPO 3 – Veículo tipo van para transporte de comitivas, com capacidade para até 14 (quatorze) passageiros, incluindo o motorista, com ar condicionado.

TIPO 5 – Veículo tipo caminhonete/jipe, incluindo motorista, para transporte de passageiros, motorização mínima de 2.7 e sistema de tração 4x4.

Serviço contínuo: para os fins que se destina a contratação, os serviços de locação deverão ser compreendidos como ininterruptos. Todos os veículos deverão ser disponibilizados pela Contratada 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Quanto à classificação do objeto, os serviços são caracterizados como comuns, por se tratar de solução que não se enquadra como serviço especial, obra ou serviços especiais de engenharia.

Os serviços serão contratados por meio da locação de veículos, observada a descrição, características, cálculo das diárias mensais, obrigações acessórias, entrega e fiscalização conforme no Termo de Referência da contratação.

Características dos veículos:

a) Os veículos deverão manter as características originais padronizada de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa.

b) Os veículos deverão ser movidos a combustíveis de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/1998.

c) Os veículos devem ser próprios com documentação em dia e regularizado perante aos Órgãos de trânsito e de fiscalização e que atenda a todas as normas correlatas do Poder Público.

d) Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e nº 272 de 14/09/2000 e legislação correlata.

e) Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315 de 29/10/2002 e legislação correlata.

5. Levantamento de Mercado

Dentre as soluções disponíveis que se encontram abrangidas pelo Decreto 9.287/2018, atualmente o Governo Federal conta com o serviço MOBGOV que consiste em disponibilizar serviços de transporte para servidores, empregados e colaboradores em todo o território nacional, por meio da plataforma MobGov.

Dentre os usos permitidos no âmbito do MobGov destacam-se os deslocamentos para: cumprimento de agendas, participação em seminários, festivais, reuniões, cerimônias, oficinas e palestras. Portanto, para esses tipos de serviços já consta solução de mercado para atendimento das demandas dos servidores.

Quanto aos demais cargos abrangidos pelo Decreto e que não se enquadram no disposto na plataforma MobGov, em levantamento às opções disponíveis no mercado e, de acordo com a capacidade de acompanhamento e fiscalização contratual, entende-se que a contratação de serviços de transporte com motorista para atender as demandas de servidores e autoridades é que melhor se adequa às necessidades atuais do MinC.

Inicialmente, vale destacar que trata-se de solução de locação já foi estudada, analisada e implementada no MinC e que se encontra em execução por meio do Contrato 14/2023 conforme disposto no processo SEI 01400.004935/2023-10.

Todavia, considerando o aumento das atividades institucionais nas diversas regiões do país a atual capacidade do contrato, mesmo com acréscimo recente de 25%, não consegue suprir a atual demanda do órgão. **Diante disso, consta a necessidade de nova contratação com valor que supra a atual demanda do órgão.** Portanto, trata-se de solução que já atende o órgão de forma satisfatória.

No caso, a opção pela locação apresenta maior vantajosidade econômica e administrativa em comparação à aquisição de frota própria. A aquisição demandaria, além do alto investimento inicial, a gestão complexa de contratos acessórios (seguro, manutenção, peças, gestão de multas e sinistros) e a contratação apartada de motoristas. O modelo de locação transfere esses riscos e custos operacionais à contratada, garantindo veículos sempre

disponíveis (com carro reserva) e previsibilidade orçamentária, em consonância com o princípio da eficiência e com a prática consolidada na Administração Pública Federal (conforme IN SEGES/ME nº 65/2021).

Quanto ao MOBGOV, vale esclarecer que: embora seja a solução prioritária para deslocamentos administrativos urbanos pontuais, ele não atende à complexidade logística das atividades finalísticas do Ministério da Cultura objeto deste certame, como já ocorre no contrato em execução, tendo em vista:

- 1. Indisponibilidade Geográfica:** As ações de fiscalização da Lei Rouanet, fomento e visitas técnicas ocorrem frequentemente em municípios do interior, zonas rurais e aldeias onde as plataformas integradoras do MobGov (WEXP/Waymore/TáxiGov) não possuem cobertura ou oferta suficiente de motoristas, inviabilizando a execução da política pública via aplicativo.
- 2. Incompatibilidade Operacional:** A dinâmica de 'agenciamento por demanda' (chamada aleatória) gera riscos de atrasos e cancelamentos incompatíveis com agendas oficiais rígidas e eventos institucionais. A locação garante a disponibilidade irrestrita do veículo e do motorista durante todo o período da missão."

Ademais, a locação só será realizada nos casos em que não houver atendimento por meio do MobGov.

O levantamento de Mercado, demonstra que a locação apresenta melhor relação custo-benefício (economicidade) em comparação à aquisição (que geraria custos de ativos imobilizados, manutenção e pessoal) e ao uso do MobGov (tecnicamente inviável para o perfil rural/comitativas da demanda.

DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES REGIONAIS (Não fragmentação por UF)

Em atendimento à recomendação jurídica e ao Acórdão TCU nº 2529/2021-Plenário, optou-se pela divisão do objeto em **05 (cinco) Grupos Regionais** (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), em detrimento da fragmentação por Unidade Federativa, com base nos seguintes fundamentos técnicos e econômicos:

- 1. Racionalização Administrativa e Custo de Gestão (Eficiência):** A gestão contratual de 27 (vinte e sete) instrumentos distintos exigiria uma estrutura de fiscalização (gestores, fiscais administrativos, setoriais e técnicos) que o órgão não dispõe atualmente. A concentração em 5 contratos regionais permite um controle mais efetivo da execução, centralizando a interlocução com prepostos que possuem visão gerencial da macrorregião, otimizando recursos humanos e reduzindo o custo processual, em consonância com o princípio da eficiência (art. 37, CF/88).
- 2. Economia de Escala e Logística de Rede:** O mercado de locação de veículos opera majoritariamente através de grandes redes ou sistemas de franquias interconectadas. O agrupamento regional potencializa a **economia de escala**, atraindo propostas mais vantajosas financeira e operacionalmente do que a pulverização em pequenos lotes estaduais, que poderiam resultar em licitações desertas em estados com menor atratividade comercial ou maior custo logístico.
- 3. Natureza do Serviço (Trânsito Interestadual):** As missões do Ministério da Cultura (fiscalização da Lei Rouanet, PNAB e Lei Paulo Gustavo) frequentemente exigem deslocamentos que ultrapassam as fronteiras estaduais dentro de uma mesma região (ex: circuito cultural Nordeste). Uma contratada com atuação regional oferece maior agilidade na substituição de veículos e atendimento a sinistros em trânsito interestadual, o que seria complexo caso houvesse uma empresa diferente para cada estado.
- 4. Manutenção da Competitividade:** Tal modelagem não restringe a competitividade, pois permite a participação de empresas locais que atuem em consórcio ou que possuam filiais na região, bem como de grandes locadoras nacionais. A pesquisa de mercado realizada demonstrou a existência de pluralidade de fornecedores aptos a atenderem em nível regional, afastando a hipótese de direcionamento.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal e de autoridades do MinC, com motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva e seguro total (sem franquia), de forma continuada, sob demanda, para atender necessidade de locomoção em viagens de representação e demais deslocamentos de servidores no exercício de suas missões institucionais, comitativas, bem como para atender servidores lotados nos escritórios estaduais de cultura em todas as regiões do país, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência deste processo.

Locação de Veículos disponibilizadas nas categorias abaixo discriminadas, sob demanda, para autoridades e servidores, em serviço.

As categorias de veículos a serem disponibilizados são:

- TIPO 1 – Veículo tipo automóvel executivo, cor preta, 04 (quatro) portas, com capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo motorista), potência mínima de 144 CV, motor 1.8 ou superior, ar condicionado, direção hidráulica e sistema de som.
- TIPO 2 – Veículo tipo automóvel passeio, 04 portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluído motorista), com potência mínima de 88 CV, motor 1.4 ou superior, com ar condicionado, direção hidráulica e sistema de som.
- TIPO 3 – Veículo tipo van para transporte de comitativas, com capacidade para até 14 (quatorze) passageiros, incluindo o motorista, com ar condicionado.
- TIPO 5 – Veículo tipo caminhonete/jipe, incluído motorista, para transporte de passageiros, motorização mínima de 2.7 e sistema de tração 4x4. 3.7.5.

Fica estabelecido como *Transfer* a utilização, em tempo reduzido, de deslocamentos entre aeroporto/hotel e vice-versa, em nível nacional, com espaço de tempo de até 03 (três) horas, contabilizado entre o tempo de espera, embarque, deslocamento e desembarque ou com o percurso entre origem/destino de até 150 Km.

a) Quanto ao TIPO 5 (Tração 4x4): A plataforma MobGov é voltada majoritariamente ao transporte urbano (veículos de passeio). O MinC necessita de veículos com tração 4x4 e altura elevada para acesso a áreas de difícil tráfego (estradas vicinais não pavimentadas), comuns em visitas a patrimônios históricos isolados, comunidades quilombolas e indígenas, onde veículos comuns de aplicativo não chegam ou se recusam a trafegar.

b) Quanto ao TIPO 2 (Sedan para Equipe/Servidores): Este veículo é essencial para compor as **Equipes de Apoio e Segurança (Escolta/Precursor)** que acompanham as autoridades. Por razões de segurança orgânica e protocolo, essas equipes devem se deslocar em comboio, com motoristas treinados e veículos padronizados, o que é operacionalmente impossível de realizar via aplicativo (onde cada carro é solicitado individualmente, com motoristas desconhecidos e modelos de veículos aleatórios)."

Quanto à essencialidade de cada categoria (Atendimento ao Dec. 9.287/2018):

- **TIPO 1 (Executivo):** Destinado exclusivamente ao transporte de autoridades (Ministra de Estado e ocupantes de cargos de Natureza Especial) em agendas oficiais e de representação, conforme autorizado pelo art. 3º, I e V, do Decreto nº 9.287/2018. A especificação de blindagem (quando aplicável) deve-se à Análise de Risco e segurança de dignitários.
- **TIPO 2 (Sedan):** Veículo padrão para equipes de apoio, assessoria técnica e segurança (escolta) que necessitam acompanhar as autoridades ou realizar fiscalizações urbanas. A escolha pelo modelo Sedan (em vez de *hatch*) visa comportar bagagens de equipamentos técnicos e garantir ergonomia em deslocamentos intermunicipais.
- **TIPO 3 (Van):** Imprescindível para o transporte de comitivas e grupos de trabalho (servidores e conselheiros de cultura), otimizando a logística ao evitar o uso de múltiplos veículos leves (economia de escala e combustível) em missões coletivas.
- **TIPO 5 (Caminhonete/Jipe 4x4):** A previsão deste item fundamenta-se na **exceção prevista no art. 4º, § 2º, do Decreto nº 9.287/2018** ("via de transporte que exija força motriz"). O MinC atua diretamente em áreas de difícil acesso, como aldeias indígenas, comunidades quilombolas e zonas rurais para fomento e fiscalização da Lei Rouanet. O uso de veículos de passeio nessas áreas comprometeria a segurança dos servidores e a acessibilidade aos locais de vistoria (estradas vicinais não pavimentadas).
- **Serviço de Transfer:** Necessário para logística ágil de desembarque e deslocamento ponto-a-ponto de conselheiros e convidados em grandes eventos culturais promovidos pela Pasta, onde a locação por diária seria antieconômica.

Da Necessidade de Motoristas (Terceirização): A opção pela locação com motorista (Posto de Serviço ou Diária) justifica-se pela:

1. **Indisponibilidade de Quadro Próprio:** O órgão não possui em seus quadros quantitativo suficiente de servidores ocupantes do cargo de motorista oficial para atender à demanda nacional.
2. **Segurança e Responsabilidade:** A condução de veículos oficiais por servidores administrativos (em desvio de função) gera riscos jurídicos e operacionais. A contratação do motorista transfere à empresa a responsabilidade civil, criminal e trabalhista sobre o condutor, bem como a garantia de reposição imediata em caso de faltas ou licenças, assegurando a continuidade do serviço.

Da Execução em Finais de Semana e Horários Estendidos: A natureza da atividade finalística da Cultura difere do expediente administrativo padrão. Eventos culturais, festivais, inaugurações de equipamentos públicos e fiscalizações de eventos ocorrem preponderantemente aos **finais de semana, feriados e no período noturno**. Limitar a contratação ao horário comercial inviabilizaria o acompanhamento da agenda cultural do país e as missões de representação da Pasta. A previsão de diárias de 10h ou 24h visa cobrir, respectivamente, agendas pontuais e missões de viagem com pernoite fora da sede.

Da Manutenção Preventiva e Corretiva: Tratando-se de contrato de **locação de veículos (disponibilização de frota)** e não de mera gestão de frota própria, a manutenção é intrínseca ao objeto. A Administração paga pela **disponibilidade do bem em perfeitas condições**. Portanto, é obrigação exclusiva da Contratada arcar com todos os custos de manutenção (peças, pneus, revisões), seguros e impostos, visto que o veículo compõe o seu ativo patrimonial. Tal modelagem desonera a Administração da gestão complexa de oficinas e almoxarifado de peças, alinhando-se ao modelo de *outsourcing* eficiente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia de Cálculo: A definição dos quantitativos (expressos em diárias de 10h e 24h) baseou-se na análise tripartida, visando mitigar o risco de subdimensionamento identificado na execução do contrato anterior (Contrato nº 14/2023):

- **Base 1 - Série Histórica Ajustada:** Levantamento do consumo real de diárias nos exercícios de 2023/2024.
- **Base 2 - Demanda Reprimida:** Quantificação das missões oficiais que deixaram de ser atendidas ou foram limitadas pela exaustão precoce do saldo do contrato anterior.

- **Base 3 - Expansão da Atividade Finalística:** Projeção do aumento de missões nos estados decorrente da implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que exigem maior presença territorial do MinC para fiscalização e apoio técnico *in loco*.

7.2. Período de Referência: As quantidades apresentadas nas tabelas deste ETP e na Planilha de Formação de Preços referem-se à **ESTIMATIVA ANUAL (12 meses)** de execução contratual.

7.3. Desconto da Capacidade Instalada (MobGov e Frota Própria): Conforme Art. 9º da IN SEGES nº 58/2022, informa-se que a estimativa acima já exclui as demandas atendíveis por outros meios. A frota própria nos estados é residual ou inexistente, e o uso do MobGov supre apenas deslocamentos urbanos administrativos. O quantitativo desta licitação foca exclusivamente nas lacunas logísticas (interior, comitivas, 4x4 e vans) que as soluções atuais não cobrem.

7.4. Detalhamento: A memória de cálculo analítica, com a distribuição dos quantitativos por Tipo de Veículo e Região (Lotes), encontra-se detalhada na **Planilha de Formação de Preços e Análise de Mercado** anexa a este processo.

7.5. Considerando a atual necessidade de uso, tomando por base a série histórica de uso de diárias no contrato em execução, obtemos as seguintes quantidades previstas de diárias:

GRUPO 1 - Serviço de locação eventual para a Região Centro Oeste			
Item	Especificação do Serviço	Qtd. Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas
1	Categoria I - Veículo executivo	10	10
2	Categoria II - Popular sedan	35	39
3	Categoria III - Van	31	10
4	Categoria V - Camionete	4	4
5	TRANSFER		4

GRUPO 2 - Serviço de locação eventual para a Região Sudeste			
Item	Especificação do Serviço	Qtd. Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas
6	Categoria I - Veículo executivo	70	100
7	Categoria II - Popular sedan	105	239
8	Categoria III - Van	35	15
9	Categoria V - Camionete	6	7
10	TRANSFER		47

GRUPO 3 - Serviço de locação eventual para a Região Nordeste			
Item	Especificação do Serviço	Qtd. Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas
11	Categoria I - Veículo executivo	38	25
12	Categoria II - Popular sedan	142	313
13	Categoria III - Van	30	15
14	Categoria V - Camionete	5	10
15	TRANSFER		40

GRUPO 4 - Serviço de locação eventual para a Região Norte			
Item	Especificação do Serviço	Qtd. Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas
16	Categoria I - Veículo executivo	40	60
17	Categoria II - Popular sedan	80	150
18	Categoria III - Van	21	15

19	Categoria V - Camionete	4	4
20	TRANSFER		20

GRUPO 5 - Serviço de locação eventual para a Região Sul			
Item	Especificação do Serviço	Qtd. Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas
21	Categoria I - Veículo executivo	18	20
22	Categoria II - Popular sedan	38	37
23	Categoria III - Van	4	10
24	Categoria V - Camionete	2	2
25	TRANSFER		10

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.769.554,72

Valor estimado conforme pesquisa de preços disposta na Nota Técnica nº 13/2025 (SEI 2415527) acompanhada da planilha de formação de preços (SEI 2415625), conforme detalhamento abaixo.

Considerando o plano de contratação nº 65/2025 (sei 2358648), certifica-se que o objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

GRUPO 1 - Serviço de locação eventual para a Região Centro Oeste								
Item	Especificação do Serviço	CATSER	Qtd. Diária 10 horas	Valor unitário Diária 10 horas	Valor total Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas	Valor unitário Diária 24 horas	Valor total Diária 24 horas
1	Categoria I - Veículo executivo	4014	10	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
2	Categoria II - Popular sedan	4014	35	R\$ 990,00	R\$ 34.650,00	39	R\$ 1.200,00	R\$ 46.800,00
3	Categoria III - Van	4014	31	R\$ 2.627,00	R\$ 81.437,00	10	R\$ 2.357,75	R\$ 23.577,50
4	Categoria V - Camionete	4014	4	R\$ 2.490,00	R\$ 9.960,00	4	R\$ 2.212,50	R\$ 8.850,00
5	TRANSFER	4014				4	R\$ 925,00	R\$ 3.700,00
TOTAL					R\$ 138.047,00			R\$ 96.927,50

GRUPO 2 - Serviço de locação eventual para a Região Sudeste								
Item	Especificação do Serviço	CATSER	Qtd. Diária 10 horas	Valor unitário Diária 10 horas	Valor total Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas	Valor unitário Diária 24 horas	Valor total Diária 24 horas
6	Categoria I - Veículo executivo	4014	70	R\$ 1.294,00	R\$ 90.580,00	100	R\$ 1.450,00	R\$ 145.000,00
7	Categoria II - Popular sedan	4014	105	R\$ 1.200,00	R\$ 126.000,00	239	R\$ 1.012,50	R\$ 241.987,50

8	Categoria III - Van	4014	35	R\$ 3.150,00	R\$ 110.250,00	15	R\$ 2.362,50	R\$ 35.437,50
9	Categoria V - Camionete	4014	6	R\$ 2.600,00	R\$ 15.600,00	7	R\$ 2.300,00	R\$ 16.100,00
10	TRANSFER	4014				47	R\$ 890,00	R\$ 41.830,00
TOTAL					R\$ 342.430,00			R\$ 480.355,00

GRUPO 3 - Serviço de locação eventual para a Região Nordeste								
Item	Especificação do Serviço	CATSER	Qtd. Diária 10 horas	Valor unitário Diária 10 horas	Valor total Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas	Valor unitário Diária 24 horas	Valor total Diária 24 horas
11	Categoria I - Veículo executivo	4014	38	R\$ 1.316,25	R\$ 50.017,50	25	R\$ 1.400,00	R\$ 35.000,00
12	Categoria II - Popular sedan	4014	142	R\$ 1.131,00	R\$ 160.602,00	313	R\$ 1.350,00	R\$ 422.550,00
13	Categoria III - Van	4014	30	R\$ 3.427,00	R\$ 102.810,00	15	R\$ 2.581,25	R\$ 38.718,75
14	Categoria V - Camionete	4014	5	R\$ 2.813,50	R\$ 14.067,50	10	R\$ 2.558,75	R\$ 25.587,50
15	TRANSFER	4014				40	R\$ 925,00	R\$ 37.000,00
TOTAL					R\$ 327.497,00			R\$ 558.856,25

GRUPO 4 - Serviço de locação eventual para a Região Norte								
Item	Especificação do Serviço	CATSER	Qtd. Diária 10 horas	Valor unitário Diária 10 horas	Valor total Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas	Valor unitário Diária 24 horas	Valor total Diária 24 horas
16	Categoria I - Veículo executivo	4014	40	R\$ 1.342,00	R\$ 53.680,00	60	R\$ 1.525,67	R\$ 91.540,20
17	Categoria II - Popular sedan	4014	80	R\$ 1.160,40	R\$ 92.832,00	150	R\$ 1.628,00	R\$ 244.200,00
18	Categoria III - Van	4014	21	R\$ 3.456,80	R\$ 72.592,80	15	R\$ 2.835,00	R\$ 42.525,00
19	Categoria V - Camionete	4014	4	R\$ 3.456,80	R\$ 13.827,20	4	R\$ 2.793,75	R\$ 11.175,00
20	TRANSFER	4014				20	R\$ 925,00	R\$ 18.500,00
TOTAL					R\$ 232.932,00			R\$ 407.940,20

GRUPO 5 - Serviço de locação eventual para a Região Sul								
Item	Especificação do Serviço	CATSER	Qtd. Diária 10 horas	Valor unitário Diária 10 horas	Valor total Diária 10 horas	Qtd. Diária 24 horas	Valor unitário Diária 24 horas	Valor total Diária 24 horas

21	Categoria I - Veículo executivo	4014	18	R\$ 1.328,50	R\$ 23.913,00	20	R\$ 1.419,16	R\$ 28.383,20
22	Categoria II - Popular sedan	4014	38	R\$ 1.119,20	R\$ 42.529,60	37	R\$ 1.049,67	R\$ 38.837,79
23	Categoria III - Van	4014	4	R\$ 2.990,00	R\$ 11.960,00	10	R\$ 2.242,50	R\$ 22.425,00
24	Categoria V - Camionete	4014	2	R\$ 2.575,00	R\$ 5.150,00	2	R\$ 1.060,59	R\$ 2.121,18
25	TRANSFER	4014				10	R\$ 925,00	R\$ 9.250,00
TOTAL					R\$ 83.552,60			R\$ 101.017,17

valor total contrato	R\$ 2.769.554,72
----------------------	------------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Solução para a contratação escolhida, nos moldes da contratação em execução, foi a que permite o maior número de participantes no momento da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, houve a divisão em 5 grupos (sendo cada grupo uma região do país), contendo seus respectivos itens na forma prevista neste ETP.

Neste caso destaca-se a possibilidade de contratar mais de uma empresa para a execução do objeto. Nesse sentido, considerando a pesquisa de preços e a capacidade operacional do MinC, atesta-se que:

- Não haverá perda de economia de escala, uma vez que a mesma empresa poderá fornecer ofertas conforme a sua capacidade de gestão;
- É possível e conveniente a execução simultânea tendo em vista a capacidade operacional do MinC;
- Os modelos de documentos padronizados, bem como a similaridade dos serviços dispostos na contratação permitem que a Administração tenha um controle individualizado da execução de cada possível contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente o MinC possui contrato de locação de veículos conforme disposto no processo SEI: 01400.004935/2023-10, no qual constam os documentos referentes ao contrato nº 14/2023. Todavia, considerando o aumento das atividades institucionais nas diversas regiões do país a atual capacidade do contrato, mesmo com acréscimo recente de 25%, não consegue suprir a atual demanda do órgão. Diante disso, consta a necessidade de nova contratação com valor que supra a atual demanda do órgão.

Quanto às contratações correlatas, atualmente, o MinC dispõe de contrato de aluguel de veículos para suprir as demandas da Ministra e do Secretário Executivo do órgão. Trata-se de aluguel de dois veículos executivos e de uma van para transporte de carga, todos no âmbito do Distrito Federal, conforme documentação disposta no processo SEI: 01400.003579/2023-17.

Consta ainda, contratação de motoristas para complementar o quadro de motoristas oficiais do órgão, conforme disposto no processo SEI: 01400.020710 /2023-19.

Além disso, atualmente, o Governo Federal conta com serviço de transporte de servidores e colaboradores por meio de sistema de carro por aplicativo denominado MobGov. Tal sistema já se encontra implementado e em uso nas 5 regiões do país.

Por fim, destaca-se que tais contratações não estão vinculadas à pretensa contratação atual. Tratam-se de serviços complementares e que não possuem interdependência entre a pretensa contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Contratação alinhada ao planejamento inicial disposto no DFD 103/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Eficiência Operacional: A contratação de serviços de transporte pode proporcionar uma logística mais eficiente para o deslocamento de servidores, garantindo que eles cheguem aos destinos com pontualidade e segurança.

Redução de Custos: Ao contratar um serviço especializado, é possível otimizar os gastos com transporte, considerando alternativas econômicas e sustentáveis, além de evitar custos associados à manutenção de uma frota própria.

Flexibilidade e Escalabilidade: Serviços de transporte contratados podem ser ajustados conforme a demanda, permitindo a adaptação a mudanças nas necessidades de deslocamento, seja em quantidade ou frequência de viagens.

Foco na Atividade-Fim: Delegar a tarefa de gestão de transporte a terceiros permite que o órgão ou entidade pública concentre-se mais em suas atividades prioritárias e estratégicas.

Sustentabilidade: Dependendo do serviço contratado, pode-se optar por opções de transporte mais sustentáveis, contribuindo para a redução da emissão de poluentes e o impacto ambiental.

Qualidade e Confiabilidade: Contratos bem elaborados podem assegurar padrões de qualidade para o transporte, com veículos adequados e motoristas qualificados para atender às necessidades dos servidores.

Melhoria na Produtividade: Com um transporte organizado e confiável, os servidores têm mais previsibilidade em suas rotinas, o que pode resultar em um aumento de produtividade no desempenho de suas funções.

13. Providências a serem Adotadas

Na etapa de execução da contratação de serviços de transporte de servidores, as providências a serem adotadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, incluem:

Gestão Contratual: Monitorar continuamente o desempenho do fornecedor, garantindo o cumprimento de todas as cláusulas do contrato, incluindo qualidade do serviço, horários, rotas e condições de segurança.

Acompanhamento de Indicadores de Desempenho: Implementar e acompanhar indicadores de desempenho e níveis de serviço (SLAs), como pontualidade, segurança e satisfação dos usuários, realizando ajustes quando necessário.

Fiscalização e Supervisão: Designar equipe responsável pela fiscalização do contrato, realizando vistorias, avaliações periódicas e verificações de conformidade com as especificações técnicas.

Gestão de Pagamentos: Garantir que os pagamentos sejam feitos de acordo com as condições contratuais, mediante a aprovação de relatórios de desempenho e cumprimentos de metas estabelecidas.

Atendimento a Reclamações e Demandas: Estabelecer canais de comunicação para que os servidores possam relatar problemas ou solicitar melhorias, agindo prontamente para resolver questões.

Controle de Custos e Orçamento: Monitorar as despesas relacionadas ao contrato, assegurando que os gastos estejam dentro do previsto e justificando quaisquer variações.

Atualizações Contratuais e Ajustes: Realizar revisões contratuais quando necessário, considerando mudanças na demanda, condições de mercado ou necessidades institucionais.

Relatórios Gerenciais: Elaborar relatórios periódicos de gestão do contrato, envolvendo a análise de desempenho, ajustes realizados, questões resolvidas e recomendações futuras.

Gestão de Riscos: Monitorar riscos identificados na fase de planejamento e implementar ações corretivas para evitar transtornos na prestação do serviço.

Encerramento e Avaliação Final: Ao término do contrato, realizar avaliação de desempenho, garantir a quitação de obrigações e planejar possíveis renovações ou novas contratações.

Essas providências garantem a continuidade, eficiência e transparência do serviço contratado, além de proteger os interesses da administração pública e dos servidores usuários.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos ambientais

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): Os veículos utilizados podem emitir CO2 e outros gases poluentes, contribuindo para o aquecimento global e mudanças climáticas, especialmente se forem de combustão fóssil, como gasolina ou diesel.

Poluição do Ar: Emissões de partículas, óxidos de nitrogênio (NOx), dióxido de enxofre (SO2) e compostos orgânicos voláteis (COVs) podem afetar a qualidade do ar, causando problemas de saúde pública e ambientais.

Consumo de Combustíveis Fósseis: A dependência de combustíveis não renováveis impacta a disponibilidade de recursos naturais, além de contribuir para a degradação ambiental associada à extração e refino de petróleo.

Impactos na Biodiversidade: Transporte em áreas sensíveis ou próximas a áreas de biodiversidade pode resultar em ruídos, perturbações ambientais e risco de acidentes com fauna local.

Geração de Resíduos: Manutenção dos veículos, como troca de óleo, água e componentes, pode gerar resíduos potencialmente perigosos que, se não forem manejados adequadamente, podem poluir o solo e a água.

Riscos de Acidentes e Vazamentos: Acidentes envolvendo veículos podem causar vazamentos de combustíveis, lubrificantes e outros fluidos contaminantes, afetando o solo e corpos d’água.

Impacto no Trânsito e Infraestrutura: A mobilidade de veículos em diferentes regiões também influencia o fluxo do trânsito, podendo aumentar o congestionamento e a degradação das vias, além de gerar ruído e vibrações.

Critérios de sustentabilidade nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (versão: outubro/2024).

Dentre os critérios dispostos no Guia AGU, destacam-se os seguintes:

- 1. **Padrões de Emissões:**
 - **Critério:** Exigir que os veículos atendam aos padrões de emissões atuais vigentes no Brasil.
 - **Implementação:** Os veículos deverão obedecer os padrões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece os limites máximos de emissão permitidos por meio de resoluções. Especificar os padrões de emissões nas especificações técnicas.
- 2. **Manutenção de Veículos:**
 - **Critério:** Implementar práticas de manutenção sustentáveis, como o uso de óleo refinado.
 - **Implementação:** Os carros deverão, na medida do possível, utilizar óleo refinado que atenda às especificações na seção 26 do guia e produtos de limpeza ecologicamente corretos durante a manutenção. Garantir o descarte adequado de resíduos (óleo, filtros, etc.) pelo prestador de serviços, alinhando-se com as regulamentações ambientais.
- 3. **Treinamento e Práticas do Motorista:**
 - **Critério:** Promover técnicas de direção ecológica para minimizar o consumo de combustível e as emissões.
 - **Implementação:** O contratado deverá exigir que os motoristas empregados recebam treinamento em técnicas de direção ecológica (por exemplo, aceleração/desaceleração suave, velocidade ideal, monitoramento da pressão dos pneus).
- 4. **Acessibilidade:**
 - **Critério:** Garantir que os veículos sejam acessíveis para indivíduos com deficiência, se necessário.
 - **Implementação:** Cumprir as regulamentações de acessibilidade e especificar que pelo menos alguns veículos tenham recursos de acessibilidade.

Demais critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados:

- a) Veículos movidos a combustíveis de origem renovável ou biocombustível.
- b) Veículos com eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).
- c) Veículos com limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n.º 1, de 1973 e n.º 272, de 2000.
- d) Veículos com limites máximo de emissão de poluentes provenientes dos escapamentos fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n.º 18, de 1986 e n.º 315, de 2002.
- e) Obrigatoriedade da Contratada cumprir a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial a do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com destaque a Lei n.º 8.723, de 1993, Resolução CONAMA n.º 16, de 1993 e Portaria IB

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se a viável a contratação, com base neste ETP nº 50/2025.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

RODRIGO DE ANDRADE MENDES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 10:38:49.

Despacho: De acordo.

WESLEY DE SOUZA ALVES OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação

Despacho: De acordo

LUCELIA DOS SANTOS ALMEIDA MACHADO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 10:44:43.

Despacho: De acordo.

FLAVIA DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 10:52:19.

